

Intervenção na apresentação do livro de José Óscar Monteiro,
De Todos se Faz um País
(Casa da Escrita, Coimbra, 21 de junho de 2013)

1. - Ficou acertado que o Abílio Hernandez falaria sobre o livro e eu diria palavras breves sobre o autor.

Mas, lido o livro, não resisti a falar um pouco deste ‘romance’ delicioso, que tem um *herói coletivo* (o único herói verdadeiro), o povo moçambicano. Ainda tentei resistir à tentação, mas *desconsegui* (esta palavra é tua, Óscar, e é belíssima). Receio, por isso, que acabe por não ser tão breve como gostaria.

Escrito numa linguagem serena e fluida, à maneira da tradição oral, num português *esplêndido*, por vezes *radioso*, *fino* e *fresco*, “como só sabem ser as manhãs do inverno austral” (cito o Autor), este livro não é, a meu ver, nem uma autobiografia, nem um livro de memórias, muito menos um livro de história. Ou será tudo isto, na forma de um ‘romance’ sobre a luta do povo moçambicano contra o colonialismo, pela sua libertação.

Uma luta conduzida por gente para quem *lutar* era “uma ponte entre a descrença e a certeza de um mundo novo” (para o dizer num verso do belo poema de Jorge Cipriano Rebelo, p. 183), por gente que sabia que *não se pode combater sem ideias claras* (p. 181/182), gente que acreditava que “quando se trata de ideias, todos valemos o mesmo”, gente que tinha a clara consciência de que o conhecimento “é produto de debate aberto e condição de liberdade”, gente que, quando não tinha a solução dos problemas, ia perguntar ao povo, no qual *buscava a força e a razão*, ao qual *confiava a direção da luta* (parafraseando o poema referido).

Em vez de se vestir de herói, Óscar Monteiro optou por vestir a pele do ‘romancista’ que estuda o perfil humano das personagens, que exalta os heróis que são capazes de chorar (só os humanos são heróis!), que desenha o ambiente em que cada um atua, que fala dos sofrimentos, das capacidades, das derrotas e dos êxitos do seu povo. Um povo que, em tempos de marcelismo, nunca acreditou que *há fascismo liberal* e que, em tempos de spinolismo, nunca acreditou que *há colonialismo democrático*.

2. - Este livro – de que destaco o belíssimo capítulo 24 – é o retrato do Óscar que eu conheci em Coimbra e que, ao longo do caminho duro que escolheu, confirmou a imagem que eu guardava dele. Por isso fiquei tão feliz e tão emocionado com a leitura do teu livro, meu Amigo.

O Óscar (percebi agora as origens familiares do nome: José Óscar Viegas Monteiro) era um menino franzino (nós tratávamo-lo por *Osquinha*), elegante, bonitão (mais bonito do que ele só a irmã Josefa, que era uma menina lindíssima), que enchia o olho das raparigas (não conheço os proveitos que daí tirou...). Para quem o conhecia um pouco melhor (ele era reservado, não se confessava muito), o Óscar impunha-se por muitas qualidades: era inteligente e culto; era trabalhador, disciplinado e responsável, cumprindo o que aceitava fazer; irradiava simpatia e bonomia naturais, salpicadas por vezes por uma ironia cortante; nas conversas e reuniões, sabia ouvir (uma virtude dos sábios); parecia tímido, mas era apenas rigoroso na análise e maduro nas suas atitudes (qualidade que eu apreciava particularmente, porque sempre me conheci adulto); quando falava, era ouvido.

Foi um aluno brilhante na Faculdade de Direito, e eu – que nunca equacionei para mim esse futuro – dizia cá para mim que ele acabaria professor na nossa Faculdade. Afinal, eu – que queria ser juiz e que só não o fui porque a Pide não deixou – acabei em professor e ele optou pela luta de libertação do seu povo. Malhas que o império tece...

Os meus contactos com ele cessaram em finais de 1962. Só o reencontrei, para minha grande alegria, muitos anos mais tarde (aí por 1978?), por ocasião de uma reunião do seu Curso de Direito, para o qual fui convidado, sem eu saber porquê. Já no Pátio da Universidade, um dos colegas vem ter comigo e diz-me: temos uma surpresa para si; olhe quem vem além. Era o Óscar, que tinha acabado de chegar com o César Dengucho.

Pois bem. O meu Amigo Óscar é este senhor respeitável que está perante nós, e que ajudou a fazer a história do mundo na segunda metade do século XX, história marcada pela descolonização, que só terminou com a derrota do colonialismo português e com a derrota do *apartheid*.

O Óscar esteve nesta luta e ajudou a ganhá-la. Por isso cumpriu a promessa que tinha feito num poema dedicado ao seu amigo e camarada Orlando Rodrigues, entregando-lhe, chegada a hora, “*não já um braçado de flores/ mas/ até onde a vista alcança/ dezenas, centenas, milhares/ de acácias rubras/ e floridas, irmão*”. Generoso como sempre, o Orlando, partilhou com os amigos de Coimbra (teus e dele) esta tua oferta fraterna. Somos uns sortudos!

O Óscar foi guerrilheiro, quadro e dirigente da FRELIMO. Foi ministro e deputado. É advogado, professor, conferencista, consultor da ONU. Mas o Autor deste livro que hoje aqui nos traz continua a ser igual a si mesmo, fiel ao seu povo e aos valores que com ele aprendeu, tão limpo e tão puro como o jovem que, dando o ‘salto’ pela fronteira de Vila Verde da Raia/Verín-Ourense, acreditou enganar a polícia, se por acaso aparecesse no seu caminho, dizendo que aquele “escurinho” (a palavra é dele) era jogador de futebol do Grupo Desportivo de Chaves “que ia comprar chocolate e luvas de pele que eram mais baratas do outro lado” (p. 88). Tal era a ânsia de chegar ao seu destino de aprendiz de guerrilheiro da FRELIMO, que o cerebral quintanista de Direito até acreditava em histórias da carochinha como esta... Não há dúvida de que o melhor de nós é talvez a criança que nos habita, quantas vezes sem nós sabermos.

3. - Regressemos a Coimbra, onde o Óscar chegou em 1958 (eu entrei na Faculdade em 1957).

Vale a pena perguntar: o que explica que, neste livro – que trata da história do povo moçambicano e da história do mundo entre 1962 e 1974 –, o Autor dedique à sua passagem por Coimbra quase um quarto das páginas? Devo confessar que a minha costela *coimbrinha* ficou muito sensibilizada ao verificar isto mesmo. Que magia têm esta terra e esta Universidade (não consigo ver uma sem a outra) para ligarem tanto a elas aqueles que por aqui passam? A verdade é que, como diz a canção, “chega a ter saudades dela quem nunca nela viveu”.

Permitam-me um breve apontamento, a este propósito. Por alturas das reuniões que conduziram aos Acordos de Alvor, eu estava no Governo e vim a Coimbra, como de costume, passar o fim de semana com a família. Como também era hábito, no sábado ou domingo à tarde fui à Universidade para uns dedos de prosa com o Doutor Teixeira Ribeiro, então Reitor. Ainda se entrava com os carros no Pátio, que estava vazio. Só um casal observava a porta da Biblioteca Joanina. Olhei e pareceu-me que era o Agostinho Neto. Seria? Percorri a distância até à grade em frente ao Colégio da Trindade, dei uma olhadela para disfarçar e comecei o percurso em sentido contrário. Era ele e a mulher, aparentemente sozinhos (eu, pelo menos, não vi ninguém que pudesse estar a fazer segurança). Fiquei comovido por ver que, no meio de tantas preocupações e de tantos perigos, aquele antigo estudante de Coimbra quis regressar a Casa, quem sabe se para aquecer a alma e retemperar baterias junto da *Alma Mater*.

É claro que, ao ler o livro, fiquei satisfeito por ver que o Óscar me inclui entre o pequeno lote de amigos que fez em Coimbra. É bom saber que aqueles de quem somos amigos nos consideram seus amigos. No que me diz respeito, acresce que, deste modo, vou passando à história, como amigo de gente importante...

A verdade é que, no ano letivo de 1961/1962, eu fui o primeiro Diretor da *Via Latina* (órgão de imprensa da AAC, depois reconhecido como *jornal de todos os estudantes portugueses*) a assumir estas funções sem ser Presidente da Direção-Geral da AAC. Fui eu que convidei o Óscar para a Redação, e ele revelou-se um elemento importante, que deu muito à *Via Latina*, que eu ouvia frequentemente, e ao qual encomendei um artigo sobre o famoso Decreto-Lei nº 40.900 e uma entrevista com o Prof. Gouveia Monteiro, que preparámos os dois. Foi um dos meus mais próximos colaboradores, tendo-se então consolidado e aprofundado a nossa relação de amizade e camaradagem.

Mas fomos muitos os que fizemos a *Via Latina*, em Coimbra e em outras localidades, porque, em várias cidades e vilas, por todo o País, tínhamos grupos de amigos que aceitavam receber um certo número de exemplares do nosso jornal, que pagavam imediatamente, e que depois distribuíam por outros leitores. Naqueles meses, a *Via Latina* foi, sem dúvida, dos periódicos mais difundidos de Portugal. E, apesar de a censura nos cortar, na elaboração de cada número do jornal, material que dava para dois números (e já em provas tipográficas, tendo de suportar uma boa parte dos custos de produção industrial), a *Via Latina*, quando foi suspensa, não tinha dívidas. Acho que até ficou um saldo positivo.

Para recordar outros amigos nossos, aqui fica a ficha técnica: Diretor e Editor – António José Avelãs Nunes; Chefe de Redação – José Carlos de Vasconcelos; Secretária de Redação – Eliana Gersão; Administração – Egídio Santos, Fausto Ferreira Monteiro (substituído, a partir do nº 140, de 28.2.1962, pelo Alfredo Estrela Esteves) e Parcídio Summavielle; Direção Gráfica – Eduardo Batarda Fernandes.

Lamento confirmar a tua suspeita de que não terás sido tu a levar à censura o poema do Manuel Alegre (*Trova do Amor Lusíada*), que conseguimos publicar no nº 141, de 10.3.1962. Fui lá eu próprio, porque não queria perder a possibilidade de publicar aquele poema e receava que sobre ele se abatesse o lápis vermelho. Achei, por isso, que devia recorrer à minha ‘amizade’ com o capitão Piçarra. Eu explico. Logo no início do meu mandato como Diretor da *Via Latina*, fui à censura levar umas provas. Vendo o meu apelido, o capitão perguntou: o doutor é de Pinhel? Sou, disse eu. Eu sou da Guarda, mas

estive colocado no quartel de Pinhel (a título de informação: foi dissolvido por ter sido um dos que participou na revolta contra Salazar em 1927), e era muito amigo do senhor José Ventura Avelãs, que emigrou para o Brasil. É irmão da minha mãe, respondi eu. E assim nasceu a minha 'amizade' com o capitão Piçarra. Usei-a algumas vezes para evitar que ele usasse o lápis vermelho e pusesse o carimbo (*Visado pela Comissão de Censura - Autorizado*), não raro com a ajuda do tenente (cujo nome não recordo), que fazia figura de intelectual.

O poema do Manuel Alegre passou, depois de alguma hesitação do capitão, porque eu lhe disse que eram versos muito bonitos, de sabor popular (*Meu amor é marinheiro/ quando chega à minha beira/ acende um cravo na boca/ e canta desta maneira: /Eu sou livre como as aves/ e passo a vida a cantar/ coração que nasceu livre/ não se pode acorrentar/ (...) Meu amor é marinheiro/ e vive no alto mar/ coração que nasceu livre/ não se pode acorrentar*). O tenente comentou "lá bonitos são eles..." e o capitão resolveu pôr o carimbo salvador. Tempos depois, acusou-me de o ter enganado, sujeitando-o a duras críticas de Lisboa. Espinhos de uma profissão triste...

Recordo pelo menos dois outros 'enganos' deste tipo, que não me pesam na consciência. Uma, á volta de um texto em polémica com a Faculdade de Letras a propósito de um *Ciclo de Conferências sobre o Romance Contemporâneo*. A outra, mais grave para o 'pobre' capitão, foi a notícia com o programa do *Encontro Nacional de Estudantes* (Coimbra, 9-11 de março/1962), que eu lhe levei em corpo 6, incluída numa secção de notícias curtas e sem importância (às vezes apenas para preencher espaços deixados pelos cortes da censura), intitulada *Porta Férrea*. Uma vez autorizado, fui para a tipografia da Atlântida, então na Rua dos Combatentes, e pedi ao Sr. Machado (o chefe de oficina) que desfizesse a 1ª página e colocasse em letras gordas aquela notícia. O Sr. Machado e o Batarda ficaram para morrer, mas a minha 'autoridade' de Diretor 'impôs' que o jornal saísse como eu queria.

4. - A leitura do livro permitiu-me 'reencontrar' amigos comuns nele referidos. Alguns deles conheci-os em Coimbra no tempo em que o Óscar por aqui andou. Uns foram apenas conhecidos, sem ter com eles relações estreitas, como o Fidélis Cabral de Almada, o Jorge Cipriano Rebelo, o Araújo (Bembareque), o Chipenda, o Beto Traça, o Mário Moutinho de Pádua. Outros, de quem fui amigo: o Orlando Rodrigues, o Luís Filipe Pereira, o Fernando Martinho, o Aníbal Espírito Santo, o Manuel Rui, o Manuel Balonas (Manecas), o Roberto Leal Monteiro (Gen. Ngongo, que eu só conhecia por *Nini*, e assim

o tratei em Luanda, para grande alegria dele, quando um Amigo comum mo ‘apresentou’ numa festa comemorativa do 25 de Abril). Vários já partiram: o Eurico Gonçalves, o Vitor Sá Machado, o Luís Guerra Marques, o Edgar Correia, o Carlos Candal, o Joaquim Cantante Garcia, o Ciniro Afonso, o senhor Machado da Almedina, o Paulo Jorge, o Lúcio Lara, o Fernando Piteira Santos, o Marechal Costa Gomes, o Gen. Vasco Gonçalves. Acompanho-te na saudação que diriges a este meu querido Amigo. “Obrigado nós, Vasco Gonçalves, até sempre” (p. 222). Até sempre, Companheiro Vasco!

Da paisagem humana da Coimbra do nosso tempo de estudantes recordas algumas figuras típicas: o Teixeira, o Fontes e o Torneiras engraxador (que eu não conheci, porque não tinha dinheiro para esse ‘luxo’ de mandar engraxar os sapatos). Mas esqueceste alguns que mereciam ficar na galeria dos ilustres: o Sr. Fernando (barbeiro da AAC, guitarrista e professor de guitarra, irmão do grande guitarrista Flávio Rodrigues), o Sr. Álvaro (do Bar da AAC), e, sobretudo, o Xico (de quem conheço muitas histórias saborosas, que aqui não conto, para não vos maçar mais do que a conta). Só uma, para amenizar o ambiente. Certa vez, descobriu-se a presença, numa Assembleia Magna realizada na sede da AAC, de um indivíduo que os conhecedores do ‘meio’ consideravam informador da Pide. Suspendeu-se a Assembleia e reuniu de imediato um Conselho de Veteranos para julgar e rapar o Pide. Decorriam os trabalhos quando se apagaram as luzes no Palácio dos Grilos. Eu e o António Taborda viemos ao rés-do-chão ver o quadro geral. A porta não estava fechada mas oferecia resistência. Forçámos e demos com o Xico. Então, senhor Xico, o que se passa? *Ó senhor dr., até o podem matar, que ninguém dá conta...* Ligue lá a luz, dissemos-lhe nós. E, com as luzes bem acesas, lá se fez justiça...

5. - Mas a leitura do livro fez passar perante mim experiências e reflexões que, vejo agora, nos aproximam muito mais do que eu pensava, meu Caro Óscar.

Na minha linhagem não tenho advogados nem médicos, nem um tio padre que inventou a arte de pescar com caçadeira. Um dos meus avós foi moleiro e o outro pastor de cabras, e ambos morreram tão analfabetos como nasceram. Mas o mau pai foi alfaiate (e inventou uma máquina de fazer saias plissadas) e a minha mãe costureira. Conheço, por isso, muito bem essa história de virar os fatos e sobretudo, a que dedica saborosas reflexões. Confesso que fiquei impressionado com os teus conhecimentos sobre matéria tão complexa...

O meu pai odiava tal serviço, porque era de uso levar menos dinheiro do que por fazer um fato novo, apesar de dar mais trabalho (era preciso desfazer a fato e voltar a

cozer pelo sítio da costura antiga...). E a minha mãe protestava sempre, por ter de fazer de cerzideira, para disfarçar o rasgo do tal bolso que passava para o lado direito... Eu nunca beneficiei desta técnica, porque, antes de completar a licenciatura, só tive um fato: o que o meu pai me fez para ir à Guarda fazer o exame do 5º ano, e que me serviu (mal...) para os exames do 7º ano, no Liceu D. João III, aqui em Coimbra. Ao longo dos cinco anos da Faculdade, fui daqueles que tu referes como andando sempre de capa e batina. Nas férias de Natal, lá no meu Portugal profundo, usava camisolas de lã e uma gabardine velha (à Humphrey Bogart) que um amigo me deu.

Na tua meninice, enfrentaste as discriminações racistas próprias de uma sociedade colonial. Eu sofri a discriminação típica das pequenas cidades portuguesas do interior rural, onde uma aristocracia meio arruinada mas ciosa do seu estatuto impunha a ‘lei’ discriminatória. Dou-te só um exemplo. Na minha terra havia uma piscina municipal que só abria no verão. Pois bem. Da parte da manhã, a piscina só abria para os meninos e meninas da ‘aristocracia’. O povo em geral podia ir à tarde, porque os da ‘elite’ dedicavam-se a outras atividades no ‘clubes dos ricos’, onde, evidentemente, eu e outros párias não entrávamos. Como o branco-branco de que falas (“tu és preto e nunca serás branco”), também esta gente deveria pensar que, por razões de sangue, eu e outros nunca seríamos iguais a eles...

Uma outra nota do livro chamou a minha atenção. Diz o Autor que, quando chegou a Portugal, em setembro/1958, o que o surpreendeu foi “a total ausência de racismo na sociedade portuguesa” (p. 30). A mim, surpreendeu-me este diagnóstico, que talvez seja (ao menos em parte) fruto da enorme capacidade de compreensão e de tolerância do Óscar e da sua amizade para com Portugal e os portugueses. Mas uma coisa é certa: se não erro, na academia dos anos 1960 as nossas amizades não dependiam da cor da pele: eu fui amigo do Fernando França Van-Dunem, do Óscar Monteiro, do Orlando Rodrigues, do Carlos Alberto MacMahon, do Aníbal Espírito Santo, mais tarde do António Garcia Neto (de quem fui testemunha no Tribunal Plenário, onde respondeu e foi condenado pelo crime de *traição à pátria*..., e veio a morrer tragicamente, vítima da guerra civil em Angola, quando era secretário do Presidente Agostinho Neto).

6. - Deixarei alguns comentários relativamente à vida associativa estudantil em Coimbra, aproveitando esta reunião de amigos e admiradores teus para conversar contigo e com eles sobre esses tempos em que nos fizemos homens e cidadãos.

A vitória da lista encabeçada pelo Carlos Candal em 1960 não foi uma “vitória acidental”, meu caro Óscar. Em anos anteriores, várias listas da ‘Oposição’ concorreram e foram derrotadas. A história que conta das meninas dos lares de freiras e a origem de classe da grande maioria dos estudantes universitários daquele tempo ajudam a compreender as dificuldades daqueles que foram derrotados anos a fio, apesar de trabalharem muito e de arriscarem muito mais. Durante anos, com coragem e com alegria, deitaram as sementes à terra, certos de que, se não fossem eles a colher os frutos, alguém os colheria por eles. A vitória em 1960 foi o fruto dessa sementeira.

Em 1961/1962, como sabes, a lista dos anti-fascistas voltou a ganhar, mas o governo atacou forte: o presidente eleito (o Zé Lopes de Almeida) foi chamado para a tropa e enviado para Angola (em Março ou abril de 1962, consegui publicar na *Via Latina*, com um título em francês, um artigo que ele mandou de Angola); seguiu-se o Jorge Aguiar, igualmente mobilizado e enviado para os Açores até que o mandaram embora. Os colegas da D-G/AAC queriam que fosse eu (que desde o início participava nas reuniões da Direção) o novo presidente, mas eu preferi continuar na *Via Latina*, porque me empolguei com aquele trabalho, que todos considerávamos importante (por isso, pela primeira vez, foi resolvido nomear um diretor da *Via Latina* que não era o presidente da Direção Geral). Indiquei o José Augusto Rocha para preencher o lugar vago na DG e foi eleito Presidente o Francisco Leal Paiva.

A questão colonial veio alterar as condições de luta nas academias universitárias e em todo o País.

De alguma forma, a Revolução Cubana foi feita contra uma situação de tipo colonial e a sua vitória, em fins de 1959, encheu de alegria os nossos corações e mostrou ao mundo que, mesmo num “impossível chão” (Xico Buarque), podem nascer as mais belas flores. Recordando as condições difíceis da vitória do povo angolano sobre o imperialismo (representado internamente pela Unita e externamente pelo Congo de Mobutu e pela África do Sul do *apartheid*), Óscar Monteiro refere a “muita bravura do povo angolano e o heroísmo das suas Faplas”, mas não esquece “o apoio dos cubanos, Fidel à frente, com determinação e desinteresse que serão sua eterna glória” (p. 198).

A vitória dos revolucionários cubanos foi o início de uma série de acontecimentos que marcaram a nossa geração. Pelo que vejo do livro, o seu Autor reagiu então, perante estes novos acontecimentos, como eu e muitos outros.

Neste mesmo ano de 1959 (creio que nas férias de Natal), li, no escritório do meu primo Mário Canotilho, em Pinhel, peças de processos em que participou o advogado

Manuel João da Palma Carlos (então militante do PCP), relativas ao fuzilamento de trabalhadores no porto de Bissau e ao lançamento ao mar, a partir de aviões, de trabalhadores negros em S. Tomé e Príncipe.

Em 4 de fevereiro de 1960 foi o ataque à prisão de Luanda por militantes do MPLA. Ainda neste ano, foi o assassinato de Patrice Lumumba. Como doeu! A traição de Tshombé deixou para mim muito claro que os brancos não são bons nem maus porque são brancos, tal como os pretos não são bons nem maus porque são pretos. Definitivamente, o que divide os homens não é a cor da pele.

Em março/1961 foi o tempo das ações terroristas da UPA/FNLA no norte de Angola, que ajudaram o fascismo a transformar em terroristas todos os militantes anti-colonialistas e complicaram ainda mais a ação dos portugueses favoráveis à autodeterminação e à independência das colónias.

Em abril/1961, Yuri Gagarine foi o primeiro homem a ser lançado para o espaço e a regressar à terra! Em dezembro/1961, a Pide assassinou em Lisboa José Dias Coelho, militante comunista, meu conterrâneo. Foi duro de roer: a oficina de meu pai ficava em frente da casa dos pais dele (que eu conhecia muito bem, bem como o irmão e as irmãs) e a Teresinha (filha dele e de Margarida Tengarrinha, ambos na clandestinidade) passava horas na oficina de meu pai, fazendo desenhos. Como o Zeca cantou, *a morte saiu à rua..., o pintor morreu*. Mas a luta contra o fascismo continuou, com os mortos combatendo ao nosso lado.

Em dezembro/1961 o chamado *estado português da Índia* foi integrado na União Indiana. Com toda a gente em férias de Natal, o Presidente da Mesa da Assembleia Magna enviou ao governo um telegrama de repúdio em nome da Academia de Coimbra. Quando regressámos de férias, foi uma discussão pegada, que acabou com a substituição do Presidente da Mesa da AM. No CADC e no Pátio da Universidade houve veladas, com velas e rezas, talvez a pedir, com Salazar, que os nossos soldados regressassem mortos ou vitoriosos...

Mas logo em 1 de janeiro de 1962 foi o *golpe de Beja*. Algo estava a mexer...

7. - Certamente o Óscar leu muito mais coisas do que eu sobre a questão colonial. Mas vejo agora que foi a partir do programa de estudos do Curso de Direito que ambos lemos as mesmas obras. Enquanto aluno de Economia Política (2º ano), li um livrinho de Maurice Dobb, *Introdução à Economia Política* (editado na Colecção Inquérito), que me mostrou como pensa um economista marxista. No mesmo ano, a partir do Direito

Corporativo, descobri Schumpeter e devorei *O Processo Histórico*, de Juan Clemente Zamora. Já no 3º ano, o estudo para a disciplina de Administração Colonial e Direito Ultramarino levou-me a ler vários livros sobre a *teoría económica da colonização* e a ler Nkrumah, Aimé Césaire, Franz Fanon (*Les Damnés de la Terre*) e os livrinhos da FUF (Que sais-je?) sobre *La Fin des Empires Coloniaux* e sobre *Bandoeng ou le Réveil des Peuples Colonisés*.

Em 1962 eu estava, pois, muito motivado para a problemática colonial. Em junho/julho de 1961 desertou e exilou-se em Paris o meu grande amigo António Novais Marques dos Santos, militante do PCP, que, em 1960/1961, tinha sido, de facto, o Diretor da *Via Latina*. Eu e a irmã fomos os únicos a saber antecipadamente da sua decisão de partir para o exílio. Eu próprio cheguei a equacionar o ‘salto’ com um outro amigo meu que veio a desertar. Tive sorte, consegui entrar para a Marinha e cumpri o serviço militar na província do Terreiro do Paço (depois da recruta, passei a dr. e saí com este posto, sem nunca ter andado fardado e sem nunca ter pegado numa arma).

A verdade, porém, é que, como recordarás, nunca foi possível publicar na *Via Latina* uma linha sequer sobre a questão colonial. Até que um dia morreu em Angola um estudante da nossa Faculdade. E eu disse aos colegas da Direção Geral: no próximo número da *Via Latina* vai sair uma notícia sobre a guerra em Angola. Eles riram, claro. Mas eu expliquei-lhes: vou pedir ao melhor amigo do falecido (que *não se metia em política...*) que escreva a notícia. De certeza que ele vai chorar a morte do amigo, em vez de cantar a morte gloriosa de um herói, morto ao serviço da pátria, quando lutava contra o terrorismo internacional a soldo de Moscovo... E assim aconteceu. O Reitor, Doutor Braga da Cruz, chamou-me ao gabinete e zurziu-me duramente, acusando-me de ação subversiva e anti-patriótica. Eu fiz de ingénuo (ó Senhor Doutor, eu limitei-me a pedir ao melhor amigo do falecido que fizesse a notícia da morte...), mas ele não ficou convencido...

8. - Ao longo do ano tínhamos trabalhado, sobretudo com as associações de Lisboa, para que, no fim do ano letivo, se agudizasse o confronto com o governo fascista. E o *Dia do Estudante* desempenhava um papel importante nesta estratégia. Daí a oposição do governo. Daí a suspensão *sine die* da *Via Latina*, pouco depois da publicação do programa do *Encontro Nacional de Estudantes*, nas condições que atrás referi (foi a primeira estrutura associativa a ser posta fora de combate). No último número (nº 144, de 17.4.1962), ainda conseguimos publicar um texto que o Zé Lopes de Almeida enviou de

Angola. Arranjei-lhe um título em francês (“Quand un pays n’a plus de justice, il n’a plus de liberté”, retirado de uma citação feita no texto), para ‘impressionar’ o capitão Piçarra. Nele, o Zé Lopes elogiava a Universidade francesa, que acabava de mostrar “não ser um templo de eleitos, uma seita de intocáveis – antes pedra viva da nação, cujo intento firme na hora que passa é permanecer fiel aos mais elementares princípios da Democracia autêntica”.

Nesse mesmo ano de 1962, no meio de muita discussão e de muita divisão mesmo entre as hostes democráticas, conseguimos que não se realizasse a *Queima das Fitas*, facto que, como nós sabíamos e queríamos, teve eco em todo o País. Quando, na assembleia geral de quartanistas, esvaziámos um dos últimos argumentos dos que queriam a Queima (quem paga as dívidas contraídas e os compromissos assumidos pela Comissão Central), anunciando que a Direção Geral podia garantir que tinha conseguido apoio financeiro bastante, fomos pública e expressamente acusados de ter recebido dinheiro de Moscovo. Apraz-me registar, nesta casa que era então propriedade do Dr. João José Cochofel (pai da nossa colega Nenita e tio da Judite Cortesão), que ele foi uma das pessoas que, a nosso pedido, nos ajudou, bem como o Dr. Francisco Salgado Zenha e outros por seu intermédio. Mas esses eram os tempos. A verdade é que, depois de uma Assembleia Magna sobre o assunto, eu levei para casa, na minha capa, 16 contos. Era muita massa!

Beneficiámos da compreensão de alguns fornecedores e dos membros da orquestra Van Wood (vinda da Holanda), que não quis receber os honorários e, a troco do alojamento e alimentação, se colocou à nossa disposição para atuar onde nós quiséssemos, ficando as receitas para nós. Porque a nossa luta era uma luta política, quisemos ir ao encontro da ‘cidade’. Contactámos as comerciantes da Baixa e da ‘Baixinha’, para lhes explicar as razões da nossa decisão de não fazer a Queima (que prejudicou os comerciantes). Encontrámos da parte deles uma grande compreensão e alguns deram-nos dinheiro para ajudar a pagar as despesas. Bem poderemos dizer: estudantes e ‘futricas’, a mesma luta! Em suma: não precisámos de recorrer aos tais apoios financeiros.

Em Coimbra tentámos aproveitar também os campeonatos federados para romper o bloqueio noticioso e tornar conhecida de todo o País a nossa luta. Se não erro, as equipas de basquetebol e de hóquei em patins abandonaram a competição. Na Direção Geral foi decidido atacar também pelo lado do futebol. Fui eu encarregado dessa missão, que implicava a recolha de informação sobre o regime jurídico aplicável aos clubes e aos

jogadores, antes de conversar com estes. Sugeriu que fosse acompanhado nesta tarefa pelo Óscar Monteiro, porque tinha confiança absoluta nele como trabalhador e porque na Direção Geral ‘sabíamos’ que ele era simpatizante dos movimentos de libertação e que, entre os jogadores, havia vários implicados no mesmo ‘crime’ (o Araújo Bembareque, o França, o Zé Júlio e o Chipenda). E assim se fez.

Das questões coloniais não se falava, naquele tempo, fora de círculos muito íntimos, e eu creio que talvez nunca tenha abordado expressamente tais questões com o Óscar. Mas nós, no círculo da Direção Geral, ‘sabíamos’ quem era quem... Eu tinha ido, aliás, duas ou três vezes com o Óscar à *Casa dos Estudantes do Império* em Lisboa, ali ao Arco do Cego, e ainda guardo alguns exemplares da *Mensagem*, que então comprei.

Não é a altura de contar as peripécias dessa nossa investida pelos campos do futebol, em que ajudaram muito os irmãos Luís e Pedro Lemos, responsáveis pela Seção de Desporto da *Via Latina* e que tinham um cunhado que era vice-presidente do Beira-Mar, um dos clubes com que a Académica tinha de jogar.

Desde o início dissemos aos jogadores (que eram todos estudantes como nós) que compreendíamos se eles decidissem não faltar aos jogos e fizemos chegar aos africanos acima referidos que sabíamos que a guerra deles era outra e que não comprometessem as suas posições por causa das nossas propostas. A verdade é que todos eles desertaram pouco depois (encontrei-os pela última vez na Prá-Kys-Tão, numa festa onde eles foram, se não erro, para dar a entender à Pide que estavam em Coimbra para viver a vida... O Orlando Rodrigues é que conhece bem esta história).

Mas as conversas, mediadas pelo capitão Mário Wilson, não estavam a correr mal. Por isso, contra a vontade dos dois clubes, a Federação adiou o jogo Beira-Mar/Académica, e o governo nomeou uma comissão administrativa para a Secção de Futebol (chefiada por um tenente-coronel), que convocou os jogadores e os levou para o Buçaco, sob ameaça. O jogo com o Sporting em Coimbra originou uma das maiores operações policiais de que lembro nesta cidade.

Estas diligências futebolísticas, muitas delas nocturnas, levaram a que eu e o Óscar chegássemos atrasados a uma Assembleia Magna que se seguiu à 2ª ocupação da AAC, quando já toda a gente abandonava o Palácio dos Grilos, que viria a ser encerrado. A muito custo, conseguiu-se que a chave ficasse nas mãos do Reitor e não nas mãos da polícia.

Mas os nossos colegas da Direção Geral e outros estudantes de Coimbra foram presos e enviados para as cadeias de Lisboa. Em Coimbra, nas celas da Pide, ficaram,

durante um mês, a Guida Lucas (membro da DG), a Judite Cortesão, a Isabel Marina e a Irene Namorado. Alguns deles vieram a ser expulsos durante dois e três anos de todas as escolas portuguesas (Universidades e outras escolas públicas).

9. - No livro é afluída a confusão que reinou quanto à estratégia a seguir na luta: ocupar ou não ocupar a sede da AAC num primeiro momento; aceitar ou não aceitar, num segundo momento, as alterações aos Estatutos da AAC que o governo queria impor, em troca da garantia da devolução das chaves da sede da AAC aos estudantes e da autorização da nossa actividade normal no ano lectivo seguinte.

Não fui adepto das ocupações (e o Óscar também não foi) e defendi até ao fim a aceitação das alterações estatutárias, com o objetivo de manter a Associação aberta, sem o que a nossa luta seria muito mais difícil. Como já estávamos a ver. Encerrada a AAC, conseguimos ficar com uma impressora velha, que trabalhava com *stencil* e era movida manualmente. Ainda hoje não sei onde esteve guardada, apesar de ter enviado para lá vários comunicados de um ‘comité de salvação’ criado para substituir a Direção Geral, após a prisão dos seus elementos.

A certa altura, decorreram na reitoria algumas reuniões em que participaram professores amigos dos estudantes (Paulo Quintela, Ferrer Correia, Eduardo Correia, Anselmo de Castro, Teixeira Ribeiro, Fernandes Martins), bem como o Doutor Afonso Queiró, que intervinha em representação direta do governo. Foi numa destas reuniões que o Doutor Queiró fez a seguinte proposta: vocês aceitam alterar os Estatutos, em termos de a AAC representar *apenas os estudantes nela inscritos* e eu garanto, em nome do governo, que a sede vos será restituída e que no próximo ano poderão fazer eleições para os órgãos sociais.

Reunimos uma noite inteira na cave do Círculo de Artes Plásticas e discutimos duramente. Da minha parte, argumentava que a alteração estatutária que nos queriam impor correspondia à corrente nos regimes democráticos (a representação orgânica era uma própria do corporativismo). Quanto ao mais, representar ou não, de facto, todos os estudantes da Universidade de Coimbra, dependia da nossa capacidade para conseguir esse objetivo político.

Lá pelas 6 da manhã, parecia que tinha ganho a minha batalha. Só que o António Ferreira Guedes (meu querido amigo) acordou, e tudo voltou ao princípio... Viviam-se tempos complicados: o Marques dos Santos tinha ido para o exílio em 1961; o Zé Lopes de Almeida foi para Angola e fez muita falta em Coimbra; o António Barbosa e o Cíborro

Maia foram presos; em abril de 1962 foi a vez do Manuel Louzã Henriques ir para a cadeia e de o Germano Ferreira da Costa se ter posto em fuga...

A certa altura, proibiram-nos mesmo a utilização do Campo de Santa Cruz, depois de uma Assembleia Magna em que se chegou a discutir a hipótese de greve a exames. Sinceramente, creio que não havia condições mínimas para isso. Foi em 17 de maio de 1962. No dia seguinte comecei a estudar e consegui salvar o ano.

10. - Estou a acabar esta minha fala sobre o autor de um livro que não é um livro de memórias de um político, embora seja um livro em que a política é celebrada como “caminho para mudar o mundo”. Um livro que é, a meu ver, acima de tudo, um ‘romance’ sobre os “afectos e amores” (título do último capítulo) que preencheram a vida do seu Autor e que constituem “o verdadeiro fio invisível da história pela qual nos movemos” (p.223). Um *livro de afectos*, afectos que o Óscar não quis negar, nesta hora de balanço, mesmo àqueles que, rendidos ao vil metal ou à lógica do poder, subverteram o sentido mais nobre da política, esquecendo o povo, o povo que os libertou do colonialismo, o povo que lhes deu a *força* e a *razão* (recorro, mais uma vez, ao belíssimo poema de Jorge Cipriano Rebelo, p. 183) em que assentou a vitória da luta de libertação. Mesmo estes, afirma o Óscar afetuoso e generoso (o Óscar igualzinho ao que eu conheci aqui em Coimbra), “eram gente de paixão quando lutavam, havia uma poética que os envolvia e os transformava. E assim permanecem na minha memória”. Lembra-me a ‘definição’ que um dia ouvi de André Malraux, ministro De Gaulle: “*un grand écrivain français mort à la guerre civile d’Espagne*”.

Meu caro Óscar, meu amigo e meu camarada, tu sabes melhor do que eu que foi um tempo difícil este de que falas no teu livro, cuja leitura muito me emocionou e muito me enriqueceu. Tempo difícil no teu País em luta pela libertação do colonialismo. Tempo difícil em Portugal “exíguo exílio de si mesmo”, num verso de Orlando de Carvalho, nosso mestre de cidadania e nosso companheiro de todas as lutas.

Tu partiste, empenhado na tarefa de fazer o teu País. Nós continuámos a nossa luta por aqui, nesse “tempo de silêncio e de mordaza”, “tempo de medo e de traição”, “tempo de ameaça”, “tempo de escravidão”, para o dizer em versos de Sophia de Melo Breyner. Nesse tempo da “esperança agredida” (é um verso de José Manuel Mendes), sempre tivemos o conforto de saber que “mesmo em tempos de servidão, há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz não” (tão bem que cantava o Adriano estes versos do

Manuel Alegre, musicados pelo António Portugal!). E o conforto de saber que *é nas noites mais negras que as estrelas brilham mais*, como cantava o Fernando Machado Soares.

Tu foste uma dessas estrelas, Amigo. E se, como dizes no teu livro, “em grande parte são os nossos amigos que nos fazem”, tu ajudaste, com o teu exemplo de entrega à luta sem limites nem cálculos, a que nos fizéssemos cidadãos mais empenhados e mais comprometidos com o nosso povo.

Quando, em 1972, Paulo VI recebeu Agostinho Neto, Marcelino dos Santos e Amílcar Cabral todos nós rejubilámos, porque, durante os anos dramáticos das guerras coloniais, todos chorámos “lágrimas de guerra”, para usar palavras que dão o título a um livro-testemunho de um colega e amigo de que gosto muito, o Mário Brochado Coelho.

Quando soube, pouco depois (como o soube, não sei), que tinha sido o meu Amigo Óscar o artífice dessa entrevista, disse para mim: Ah, grande Óscar, a coisa vai.

O 25 de Abril veio abreviar o tempo da vossa vitória e veio libertar-nos, a nós portugueses, da canga do fascismo e do colonialismo.